



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

Organização de catadores de material reciclável: uma análise das oportunidades e desafios da relação catadores-setor público a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos

CARMEN AUGUSTA VARELA

Centro Universitário da FEI-SP e EAESP-FGV
cvarela@fei.edu.br

RENATA SANCHES ASSAD

EAESP-FGV
renataassad@gmail.com

Organização de catadores de material reciclável: uma análise das oportunidades e desafios da relação catadores-setor público a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos¹

Organization of waste collectors: an analysis of the opportunities and challenges of the collectors-public sector relationship after the National Solid Waste Policy

Resumo

O presente trabalho busca analisar a relação existente entre catadores autônomos e cooperativas de reciclagem com o setor público, em São Paulo, a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída em 2010 e apresentar alguns desafios e oportunidades provenientes dessa relação. Para se realizar tal análise, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa. No período de abril e maio de 2015, foram feitas entrevistas com gestores de duas cooperativas (Coopamare e CooperAção), dois catadores autônomos e três agentes pertencentes a dois órgãos do setor público (UMAPAZ – Prefeitura de São Paulo e CPLA – Coordenadoria de Planejamento da Secretaria do Meio Ambiente). Os resultados obtidos mostram que há desencontros entre as expectativas dos catadores, em relação ao setor público, e da visão do setor público sobre seu papel com os catadores, bem como das vulnerabilidades sociais existentes e da dificuldade de adaptação à rotina de trabalho das cooperativas pelos catadores que ainda continuam trabalhando como autônomos.

Palavras-chave: Catadores de lixo, cooperativas, reciclagem, coleta seletiva, setor público.

Abstract

This study aims to examine the relationship between autonomous collectors, recycling cooperatives and the public sector in São Paulo, from the National Solid Waste Policy, established in 2010 and present some challenges and opportunities from this relationship. Intending to perform this analysis, qualitative studies were conducted. From April to May 2015, interviews were conducted with two cooperative managers (Coopamare and CooperAção), two independent collectors and three public sector agents (UMAPAZ - Government of São Paulo and CPLA - Coordinating Department and Planning of the Environment). The results show that there are mismatches between the collectors expectations regarding, the public sector and on the public sector view about its role with the collectors, as well as existing social vulnerabilities and difficulties for autonomous collectors in adapting to a cooperative routine.

Keywords: Collectors, cooperatives, recycling, selective waste collect, public sector.

¹ Os (as) autores(as) agradecem à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), processo no. 2015/14732-9.

1. Introdução

O país coleta cerca de 183,5 mil toneladas de resíduos sólidos por dia, mas apenas 31% desse total é composto de material reciclável. Nem todo o montante coletado tem sua disposição final feita corretamente, em aterros sanitários, e nem todo o material reciclável é reaproveitado. Nesse contexto, surgem os catadores de material reciclável. São pessoas com pouca qualificação, que conseguem seu sustento por conta da comercialização de resíduos sólidos. Podem ser autônomos ou organizados em associações/cooperativas, mas têm uma história em comum: a invisibilidade social, marginalização e a falta de valorização de seu trabalho. O material coletado é vendido para intermediários, que pagam valores monetários baixos aos catadores, limitando a sua renda mensal e, por vezes, os forçando a trabalhar mais do que oito horas diárias para conseguir se sustentar.

As condições de trabalho dos catadores associadas à melhoria ambiental da sua atividade fazem com que sejam objeto de interesse do setor público. No entanto, a dificuldade de mensuração do número de catadores de lixo do país, sua heterogeneidade e as diferenças existentes nas formas de organização desses trabalhadores dificultam o plano de ação da esfera pública para esse grupo. Os problemas enfrentados por eles nem sempre podem ser resolvidos apenas por ações laborais, sendo necessário também um apoio psicológico por conta das dificuldades que já passaram.

Nesse sentido, a proposta do estudo é analisar a relação existente entre os catadores autônomos e organizados e o setor público, levando-se em consideração a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída em 2010. Essa nova política abre espaço para diversas formas de atuação das três esferas de governo na questão dos catadores, bem como para medidas dos próprios catadores em relação ao seu reconhecimento e conscientização do seu trabalho. Pretende-se, então, considerar os diferentes pontos de vista dos atores envolvidos, tanto dos agentes do setor público como dos catadores organizados e autônomos, para realizar uma análise dos pontos em comum e em conflito.

Espera-se que este trabalho consiga nortear o caminho daqueles que, sejam do setor público ou privado, pretendem exercer atividades relacionadas à inclusão dos catadores e a conscientização sobre a importância de seu trabalho, expondo os pontos de vista dos diversos agentes envolvidos e, com isso, facilitando a tomada de decisões.

2. Referencial Teórico

2.1 Histórico dos Catadores

O catador de material reciclável é comumente encontrado em centros urbanos do Brasil. O termo “catador” é usado para definir profissionais fora da economia formal, que realizam o ato de “catar lixo”, ou seja, retiram resíduos das ruas e os vendem para organizações, que reutilizam o material. Reciclagem é exatamente o que a palavra indica: reciclar, inserir algo novamente em um ciclo – no caso, o lixo, transformando algo que antes era descartável em reutilizável e em potencial matéria-prima para outro tipo de produto.

Existem dois tipos de catadores: formais e informais. Os catadores formais fazem um trabalho regular, por meio de associações ou cooperativas, enquanto os informais são catadores autônomos, que se encontram nos centros urbanos, retirando resíduos das ruas e os vendendo para comerciantes. Os resíduos retirados das ruas, por meio do trabalho informal, não são contabilizados por órgãos públicos. A profissão existe em diversos países ao redor do mundo, principalmente nos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, onde há uma desigualdade social maior, com mais pessoas em condições de exclusão econômica.

No Brasil, onde mais de dez milhões de pessoas vivem em extrema pobreza (IPEA, 2014), a catação tornou-se uma alternativa para aqueles sem qualificação técnica e sem outras oportunidades de trabalho, gerando um impacto ambiental e, tornando o país um dos mais

importantes em termos de reciclagem de alguns resíduos, como, por exemplo, o alumínio. Esses trabalhadores sofrem uma exclusão social, sendo invisíveis pela maior parte da população e privados de seus direitos básicos, como o direito ao trabalho. Além disso, os mesmos vivem em situação de pobreza, não tendo seu trabalho reconhecido e ganhando muito pouco pelo seu esforço (PEREIRA, 2011). Essa exclusão causa uma perda de identidade para os catadores, que sofrem preconceitos e são menosprezados, o que, inclusive, causa patologias para alguns desses trabalhadores (SOUZA, SILVA e BARBOSA, 2014; VARELA e LOPES, 2013; FARIAS FILHO, 2012). Para que sejam incluídos novamente no mercado de trabalho, não é necessária apenas uma oportunidade de emprego, mas também um apoio psicológico para recuperação da sua autoestima.

São definidos como resíduos sólidos todo material que tem valor econômico e pode ser reinserido na economia ou reaproveitado. O que não se enquadra nessa definição e não pode ser reciclado, é classificado como rejeito. Idealmente, os resíduos sólidos deveriam ser 100% reciclados, enquanto que apenas os rejeitos deveriam ir para aterros sanitários, local ambientalmente correto de disposição final desses materiais. No entanto, no Brasil ainda existem lixões e aterros controlados, que são considerados formas de destinação incorretas, pois prejudicam o ecossistema ao redor. Em lixões, os materiais são apenas despejados no solo, sem nenhuma proteção ou técnica que controle seu impacto. Apesar de causarem danos à saúde, lixões ainda são procurados por catadores informais como fonte de materiais.

O Brasil coleta cerca de 183,5 mil toneladas de resíduos sólidos/dia, mas apenas 31% desse total é composto de material reciclável, como alumínio, papel, plástico, aço e vidro, por exemplo. Do material reciclável coletado, apenas 10,3% são encaminhados para a reciclagem, de forma que todo o restante, que poderia ser reinserido na economia, vai para uma destinação final (aterros sanitários ou lixões). Do total de resíduos sólidos coletados e encaminhados para a reciclagem, 80% são oriundos do trabalho de coleta de catadores autônomos e menos de 20% são oriundos de cooperativas ou associações (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014; IPEA, 2013). A maior parte dos catadores são homens, negros e jovens, com renda média de R\$ 571,56 (IPEA, 2012). A renda dos catadores é variável não apenas por conta da variação da quantidade de material coletada, mas também por conta das oscilações dos preços desses materiais no mercado.

Essa atividade gera um grande benefício ambiental para o Brasil. No entanto, deixa de lado o aspecto social, pois, para muitos catadores, o trabalho é desgastante e degradante, e a única forma de garantir a sua sobrevivência. Alguns trabalhadores, inclusive, têm problemas de saúde, por conta das condições de insalubridade em que estão inseridos no dia-a-dia, além de apresentar dores nas costas e em outras partes do corpo, por ter que puxar carroças com pesos maiores do que podem suportar e ficarem se abaixando e se levantando repetidas vezes na atividade da catação.

No sistema de produção em massa e de alto consumo, o reaproveitamento do lixo tornou-se importante para a preservação dos recursos do planeta. A população aumentou e a tecnologia evoluiu. A produção em grande escala tornou os produtos descartáveis, diminuindo seu tempo de vida. Alguns exemplos de produtos que passaram por esse processo são computadores, celulares e eletrodomésticos. Em muitos casos, se gasta menos comprando um novo produto do que consertando, caso quebre. A falta de consciência da população em relação ao descarte desses produtos, juntamente com o aumento do consumo traz como consequência o descarte dos mesmos em locais inadequados, como as ruas, rios, etc (GUIMARÃES, 2013; VARELA e MEDEIROS, 2014).

O fato da maior parte dos catadores de resíduos serem trabalhadores informais implica em não possuírem seguro de vida ou auxílio, caso sofram algum acidente ou fiquem doentes e tenham que parar de trabalhar por um tempo. Sua renda é associada única e exclusivamente à

sua jornada de trabalho, não tendo nenhuma segurança. Esse fator é agravado quando são considerados os riscos aos quais os mesmos estão expostos, como risco de atropelamentos, quedas, exposição a material tóxico ou contaminado, fumaça da queima dos resíduos sólidos, exaustão por excesso de peso carregado, etc. As condições de trabalho dos catadores são consideradas com alto grau de insalubridade (IPEA, 2013; VARELA e LOPES, 2013).

2.2 Formas de organização dos catadores

Por conta dos problemas enfrentados e pelo impacto ambiental positivo gerado pelos catadores de resíduos, tornou-se importante a discussão da inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho. Na década de 1980 iniciou-se o processo de organização dos catadores, na tentativa de buscar melhores condições de trabalho e oportunidades de ganhos socioeconômicos e ambientais (CAVALCANTE, 2011).

De acordo com Magni (2014), a maioria da população de catadores da região central de São Paulo, por exemplo, foi possível perceber que vários deles eram ou tinham sido, em algum momento de sua vida, moradores de rua, por conta de sucessivas perdas: de emprego, família e estabilidade,... Quase todos os catadores dessa região têm também um histórico grande de ligação com consumo de bebidas alcoólicas ou drogas, o que dificulta sua reinserção no mercado de trabalho. Nessa região, os catadores se organizaram em cooperativas, com a ajuda da Igreja Católica e, posteriormente, do poder público.

Um dos motivos para a organização dos catadores em associações ou cooperativas foi a necessidade de, nesse mercado, se vender grandes volumes de materiais para se obter um preço maior por eles. A união dos catadores pode eliminar os intermediários, que comprariam material do catador autônomo, dando a ele um valor menor pelo material coletado.

De acordo com o Sebrae (2005), em associações, as pessoas unem-se em prol de objetivos sociais, como assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe ou filantropia. Já as cooperativas unem-se em prol de objetivos econômicos, tendo como principal objetivo a viabilização do negócio produtivo dos associados junto ao mercado.

As cooperativas funcionam num sistema de autogestão, onde seus próprios membros são responsáveis por gerir a empresa e todos têm o mesmo poder, não existindo hierarquias. Nesse sistema, não existem empregadores. Esse modelo não é simples de ser implementado, pois é necessário passar a cultura do cooperativismo para todos os trabalhadores, que devem entender que mesmo exercendo atividades diferentes, todos devem ser tratados da mesma forma. Em alguns casos, os catadores que entram em cooperativas não conseguem entender seu papel e enxergar sua participação, o que acaba prejudicando a sua inclusão nesse meio (MAGNI, 2014).

Apesar do sistema de autogestão e das cooperativas gerenciarem suas receitas e despesas, algumas despesas ainda são pagas pela prefeitura, como aluguel, contas de água, energia e telefone, e até equipamentos como veículos e máquinas. A Prefeitura de São Paulo destina cerca de trinta milhões de reais por ano para as cooperativas e associações para cobrir esses custos (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014).

As principais vantagens da implantação de cooperativas de catadores são a geração de emprego e obtenção de renda estável, que permitem um planejamento mensal; redução do gasto público com programas de reciclagem; resgate da cidadania dessas pessoas, que na maioria dos casos moram nas ruas, e o reaproveitamento desses materiais, que poderiam ir para um aterro, ocupando cada vez mais espaço. A economia que uma cooperativa proporciona para o governo pode ser revertida para a mesma, não necessariamente em dinheiro, mas em infraestrutura, pois essas organizações necessitam de galpões, carrinhos, máquinas, prensas, uniformes, etc (MONTEIRO, 2001). Apesar dessas vantagens,

aproximadamente 60% das organizações de catadores têm níveis de eficiência muito baixos, de acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (IPEA, 2010).

A criação de cooperativas não ajuda os catadores apenas no aspecto econômico, aumentando a sua renda e permitindo maior poder sobre os compradores, pela maior quantidade produzida, mas também permite que eles se unam e sejam reinseridos socialmente. Os catadores autônomos que vivem nas ruas passam pelo fenômeno de invisibilidade social, e unindo-se no cooperativismo eles conseguem sair da margem da sociedade, enxergando novamente o seu próprio valor (PINHEIRO e JUNIOR, 2015).

Apesar disso, ainda existe um grande preconceito com os catadores, mesmo quando se encontram organizados em cooperativas. Em alguns casos, a vizinhança dos bairros onde serão ou já estão instaladas cooperativas reclamam de mau-cheiro, ou até do próprio aspecto físico da cooperativa, alegando que deixa a região mais feia. Há relatos, inclusive, de incêndios criminosos em locais de organização dos catadores, para tentar fazer com que os mesmos procurem outra localização para exercer suas atividades (IPEA, 2013).

As cooperativas e associações deveriam estimular a extinção dos catadores autônomos, no entanto, a realidade ainda está longe disso. No Brasil, em 2014, existiam cerca de 400 mil catadores no total, enquanto que apenas cerca de 40 mil deles estão distribuídos nas 600 cooperativas formais existentes no país, segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). No entanto, o aumento no número de cooperativas no Brasil é perceptível, principalmente após os anos 1990, em que os catadores passaram a, por sua iniciativa, se unir, e culminar na criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em 1999 (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014).

As dificuldades para formação de organizações de catadores são inúmeras. Isso porque a organização dos catadores implica em estruturar mecanismos para obtenção e processamento dos resíduos recicláveis, sendo necessário financiamento para aquisição de máquinas, espaço e infraestrutura, além do número mínimo de trabalhadores disciplinados para fazer a organização funcionar. Muitos desses catadores autônomos, por estar há bastante tempo trabalhando por conta própria, não se adaptam rapidamente ao ritmo de uma organização, com horários e regras. Além disso, alguns catadores precisam de apoio psicológico, por terem passado por dificuldades em suas famílias, alcoolismo, vício em drogas ou até mesmo estupro.

É possível observar que a organização de uma comunidade de catadores não é realizada de forma rápida e fácil, sendo necessário apoio de outras organizações, inclusive do poder público, para que seja possível transformar a vida dessas pessoas. As experiências de organização dos catadores, em sua maioria, não estão relacionadas a um movimento organizado, nem ao auxílio do governo estadual ou federal. Pesquisas realizadas mostram que, normalmente, são fruto de ações da própria comunidade, com auxílio de grupos locais, como Igrejas, ONG's e universidades (GONÇALVES, 2009; CARMO, 2009). Um exemplo disso é o caso da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), em Belo Horizonte, Minas Gerais, constituída a partir do trabalho de apoio a um grupo de catadores realizado pela Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte. Uma das irmãs da pastoral conta que, no início, reuniram pessoas e agentes da pastoral que estavam em contato com a população de rua. Estes mapearam locais com maior concentração de desabrigados e notaram que uma grande parcela vivia do material reciclável. Eles identificaram diversos grupos, e nestes todos os catadores moravam na rua. Mesmo os catadores que possuíam uma casa, permaneciam nas ruas e voltavam apenas no final de semana, pois trabalhavam de noite e havia a necessidade de vigiar o material que recolhiam (PEREIRA, 2011). Nesse caso, os catadores sofriam até agressões físicas, e tinham a autoestima comprometida. A Pastoral foi quem se aproximou deles e conseguiu sua

confiança, trabalhando com um grupo de catadores, permitindo a formação da organização e intermediando o contato dos catadores com o poder público.

As maiores dificuldades dos grupos que buscavam se organizar, na época, eram a falta de apoio do poder público e o desconhecimento dessa opção. É necessário alguém que tenha conhecimento da parte legal para abrir a organização e regulamentá-la; doação de maquinários por parte do poder público ou das empresas e habilidades de gestão para que as organizações sejam autossuficientes e os catadores consigam administrar os recursos disponíveis, além de conseguir tornar a organização lucrativa. Na maioria dos casos, há a necessidade de um apoio externo de outras instituições e pessoas para auxílio, tanto na gestão da organização, como na solução de problemas internos e no relacionamento entre os funcionários, o que mostra a dificuldade que os grupos possuem para conseguir chegar em um nível de autonomia na tomada de decisões e nos processos internos. Um dos principais problemas na formação de uma organização de catadores é a gestão interna do trabalho, que consiste na distribuição e realização de tarefas. Relatos dos próprios cooperados mostram que os catadores, acostumados a serem autônomos e não necessitar de disciplina coletiva, têm dificuldade de aceitar ordens impostas por outros (GONÇALVES, 2009).

Além das necessidades internas das organizações de catadores, desde a sua formação até a execução, existe também a dificuldade em conseguir fornecedores de matéria-prima e compradores do material produzido. A organização dessas cooperativas e associações, às vezes, é tão complexa, quanto a de uma empresa tradicional do setor privado. Para amenizar essa situação, foi necessária a criação de leis e medidas que regulamentassem e incentivassem a formação de grupos de catadores e a compra de materiais dos mesmos, por parte de empresas. Mesmo assim, políticas públicas precisam da existência de uma certa homogeneidade das cooperativas para que possam ter medidas-padrão, que possam ser aplicadas em todo um país, estado ou cidade. No entanto, as cooperativas brasileiras possuem um alto grau de heterogeneidade, o que dificulta a ação do setor público. Para conseguir atender a demandas de cooperativas, o setor público deve reconhecer as diferenças existentes entre estas, permitindo que os programas criados para as mesmas sejam flexíveis e adaptáveis. Por outro lado, seria inviável ter uma política para cada cooperativa individualmente, o que acaba por tornar necessária uma segmentação dessas organizações (IPEA, 2010).

2.3 A PNRS e o papel dos catadores e das cooperativas de catadores

No mundo globalizado em que vivemos, em que as informações sobre os problemas mundiais são divulgados mais rapidamente, as questões ambientais passaram a ser um dos temas mais relevantes nos últimos anos, tanto no campo das políticas públicas como dos negócios privados. Nesse contexto, a palavra “lixo” deixou de ser estigmatizada, tornando-se um objeto de mudança cultural, que pode proporcionar inúmeros e imensos benefícios a longo prazo. No Brasil, para acelerar essa mudança de visão em relação ao lixo e novamente sua inclusão no ciclo produtivo, foi criada, em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) busca permitir que o país possa enfrentar os problemas, não somente ambientais, mas também sociais e econômicos do manejo inadequado desses materiais. Para orientar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi criado pelo Ministério do Meio Ambiente o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com apoio do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do Comitê Interministerial. O Plano é um instrumento para o estabelecimento de objetivos, diretrizes e metas da Lei.

A PNRS aborda diferentes temas e vertentes dos resíduos sólidos, mas seu foco é prevenir e reduzir a geração de resíduos, não pensando apenas no pós-consumo, mas também no pré-consumo e na pré-fabricação dos produtos. Ela visa a prática de hábitos de consumo

sustentável, além de incentivar ações e investimentos que possibilitem o aumento da reciclagem e do reuso de resíduos sólidos. Além disso, a lei também prega a destinação ambientalmente correta dos rejeitos. Ela institui a chamada “Logística Reversa”, instrumento para o desenvolvimento que se caracteriza por um conjunto de ações e procedimentos que buscam tornar viável a coleta e a reinserção de resíduos no setor empresarial, tanto para serem reutilizados no ciclo produtivos ou em outra destinação (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

Outro conceito instituído pela PNRS é o de “responsabilidade compartilhada” dos geradores de resíduos pelo ciclo de vida dos produtos, definida como:

“o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei.”
(MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015, p. 2).

A lei também cria metas para a eliminação de lixões e institui o planejamento da gestão de resíduos sólidos, em nível nacional, estadual, microrregional, intermunicipal, municipal e metropolitano, além de impor a elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para particulares. A PNRS também coloca o Brasil e os principais países desenvolvidos em igualdade no que diz respeito ao marco legal e busca incluir os catadores de materiais recicláveis na economia (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

Os 5.665 municípios brasileiros, em sua grande maioria, não possuíam nenhum modelo de gestão de resíduos até a instituição da Lei. Após 2010, os municípios e estados foram obrigados a elaborar e apresentar seus planos de gestão de resíduos, que devem ser consistentes com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Além disso, se prefeituras e governos se articularem na solução de problemas relacionados a resíduos, têm incentivos financeiros do Governo Federal (BERRÍOS GODOY, 2013). Percebe-se, então, o necessário alinhamento entre os âmbitos nacional, estadual e municipal da PNRS, pois cada um deve elaborar seu plano considerando o plano do outro, para que ajam sinergias.

Há menção dos catadores em dois artigos da lei que institui a PNRS:

Art. 7º XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Art 8º IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (BRASIL, 2010. p.5).

Além destes, outros artigos em âmbitos federal, estadual e municipal também mencionam a inclusão dos catadores em ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, em metas para eliminação e recuperação de lixões associadas à inclusão social e a emancipação econômica de catadores em programas e ações para a participação desses grupos. A lei também afirma que cidades e estados que implantarem a coleta seletiva utilizando-se de cooperativas ou outras formas de associações, que incluam catadores de materiais recicláveis e pessoas físicas de baixa-renda, terão preferência no acesso aos recursos da União.

Podemos observar nos trechos da Política Nacional dos Resíduos Sólidos uma preocupação não apenas ambiental, como, por exemplo, com a disposição final dos resíduos e rejeitos, mas também uma preocupação social de reinserção desses trabalhadores informais no processo de reciclagem e reutilização, proporcionando, aos mesmos, oportunidades que antes lhes eram desconhecidas ou até mesmo negadas.

2.4 A cidade de São Paulo

Em São Paulo, em 2014, a Prefeitura elaborou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS). Esse plano contemplava um orçamento de 2,01 bilhões de reais, dos quais 27 milhões eram previstos para serem investidos nos catadores.

A Amlurb (Autoridade Municipal de Limpeza Urbana) é a organização responsável pelo sistema de limpeza urbana da cidade de São Paulo. A cidade possui 96 distritos, dos quais 75 possuem uma coleta seletiva de resíduos secos, que são encaminhados para galpões de triagem. Vinte e duas cooperativas e associações de catadores cadastrados pela Amlurb operam esses galpões (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014).

Apesar de ser a maior cidade do país, em termos de número de habitantes, São Paulo ainda precisa melhorar muito a sua gestão de resíduos. Em 2014, a coleta seletiva abrangia apenas 46% dos domicílios, mas apresentavam alta presença de rejeitos, e captava apenas 1,6% do total de resíduos (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014). A coleta seletiva realizada pela prefeitura corresponde ao menor volume dos resíduos separados e encaminhados para reciclagem, o que mostra que existem outros agentes realizando coleta desses materiais, além da prefeitura. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (2014) afirma que existem 550 catadores legalizados e outros 5.000 operando na ilegalidade na cidade. Até 2016, a prefeitura espera cadastrar todos os catadores autônomos, para que os problemas enfrentados pelos mesmos sejam conhecidos e qualificados.

Os catadores autônomos da cidade de São Paulo, em sua maioria, vendem o material coletado para sucateiros (intermediários). Estes operam num índice elevado de informalidade, sem ter licenças ou autorizações para exercer as atividades. A forma como são tratados por sucateiros desvaloriza o seu trabalho, pois estes pagam muito pouco pelo valor da sua mercadoria. Outro exemplo da relação perversa entre estes agentes é o fato de, por muitas vezes, os intermediários cederem ou alugarem equipamentos para que o catador faça a coleta, como a carroça, por exemplo. Isso aumenta ainda mais a relação de dependência. O motivo pelo qual os catadores se submetem a receber esses preços baixos por sua mercadoria é o fato da catação ser seu modo de sobrevivência.

A prefeitura observou também que uma das necessidades dos catadores organizados era como fazer a gestão da sua cooperativa, pois a maioria dos catadores não tinha nível de escolaridade alto. Uma das estratégias de implementação do PGIRS para resolver esse problema é a criação de um programa de capacitação gerencial para eles.

A principal inovação da prefeitura de São Paulo para os catadores foi a apresentação, em 2014, do Fundo Paulistano de Coleta Seletiva, Logística Reversa e Inclusão de Catadores, um fundo privado que os próprios catadores gerenciam, representados por cooperativas, ONGs, pessoas do setor público e de instituições de ensino superior. Os recursos desse fundo seriam oriundos da comercialização do material final das centrais de triagem, também parte do Plano Municipal. As Centrais de Triagem da cidade processam somente parte dos resíduos sólidos coletados: cerca de 100 toneladas por dia. Quando as centrais não têm capacidade para processar a demanda diária, outras organizações autorizadas recebem o resto dos resíduos. De acordo com o PGIRS, alguns dos aspectos importantes do fundo são: ofertará a cooperativas conveniadas adesão a contratos padronizados; investirá na criação de novas cooperativas; instituirá um Preço de Referência para a aquisição de materiais dos catadores avulsos, além de outras coisas (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014).

3. Metodologia

O objetivo geral do trabalho é conseguir entender e explicar os desafios da relação catadores e setor público, a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que entrou em vigor em 2010. Os objetivos específicos utilizados para se chegar ao objetivo geral foram: 1) identificar as propostas da PNRS para os catadores; 2) verificar qual é a situação dos

catadores autônomos e cooperados na cidade de São Paulo, e 3) analisar como o setor público vem atuando em relação aos catadores, após a PNRS, e quais são os principais desafios. Para se atingir todos os objetivos específicos foi realizada uma análise bibliográfica, foram realizadas entrevistas, além de observação direta. O estudo realizado foi exploratório e de caráter qualitativo. Esse tipo de estudo busca interpretações para o fenômeno do objeto que vai ser analisado, explorando a essência do tema (BONAT, 2009).

As entrevistas foram realizadas entre o período de abril e maio de 2015 e foram conduzidas com o auxílio de três roteiros de questões semiestruturados: um para cada agente entrevistado. O primeiro foi elaborado para os entrevistados das cooperativas escolhidas; o segundo, para os entrevistados do setor público; e o terceiro para os catadores autônomos. Na construção desses roteiros, houve a preocupação de deixar as questões abertas para dar a liberdade dos atores contarem as suas histórias e responderem da forma mais autêntica possível, não ficando presos a determinados assuntos. Para maior precisão nas análises, as entrevistas foram gravadas e transcritas, além de terem sido feitas anotações sobre os pontos mais importantes. A escolha dos entrevistados foi feita por conveniência. Foram realizadas entrevistas presenciais e observação direta nos locais visitados, além de uma entrevista via e-mail por falta de disponibilidade de agendamento presencial com um dos entrevistados. O objetivo do estudo qualitativo com entrevistas é construir um entendimento baseado nas ideias desses atores (CRESWELL, 2007).

Com as cooperativas, foram realizadas duas entrevistas. A primeira, com Neilton Cesar Polido e Maria Ivete Lara Lima Joviano, presidente e 1º vogal da CooperAção, respectivamente. A CooperAção foi criada em 2002 pela junção de vários núcleos de catadores de materiais recicláveis. Atualmente soma 60 cooperados e recicla cerca de 250 toneladas/mês. A segunda entrevista foi com Maria Dulcineia Silva Santos, presidente da COOPAMARE (Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis), primeira cooperativa de catadores do Brasil, fundada em 1989. Ambas as entrevistas foram feitas nas cooperativas, com visitas ao administrativo e às esteiras e máquinas. A duração das mesmas foi, em média, de 40 minutos.

No setor público, foram feitas duas entrevistas. A primeira foi com Regina Luisa Fernandes de Barros, diretora do Departamento de Controle da Qualidade Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente em São Paulo. A entrevista foi realizada na sede da UMAPAZ (Departamento de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente), na Av. IV Centenário, no Parque do Ibirapuera. Durou cerca de uma hora. A segunda entrevista foi com André Luiz Fernandes Simas, especialista ambiental e diretor do Centro de Projetos da CPLA (Coordenadoria de Planejamento Ambiental) – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e com Maria Fernanda Romanelli, especialista ambiental do Centro de Projetos da CPLA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Ambos estão no cargo há seis anos e têm 34 anos de idade. Essa entrevista foi realizada via e-mail, pois eles não tinham, por motivos de viagens, disponibilidade para o encontro presencial.

As últimas duas entrevistas foram com catadores autônomos. O primeiro catador foi Joaquim, entrevistado na Rua Domingos de Moraes, próximo ao metrô Ana Rosa. Joaquim veio da Bahia com seu tio, aos 18 anos, e mora em São Paulo desde então. Já trabalhou em obras e hoje é catador autônomo. O segundo catador entrevistado foi Adailson, que se encontrava na Praça 14 Bis, na Av. Nove de Julho. Ele é paulistano e sempre foi catador. Atualmente é morador de rua.

4. Análise dos Resultados

A Política Nacional de Resíduos Sólidos tem como um de seus principais objetivos a integração de catadores nas atividades do ciclo de vida dos produtos e o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação dessas pessoas. Cada

município, estado e região tem que montar o seu plano da gestão de resíduos sólidos e estabelecer metas para a inclusão desses trabalhadores. Em São Paulo, cidade que tem em torno de dois mil catadores, segundo a prefeitura, a opção feita foi pela compra de quatro máquinas que farão a triagem de materiais coletados tanto pela sociedade e catadores autônomos como pela própria prefeitura, empregando cerca de 50 a 70 catadores por máquina. Esses catadores recebem um salário fixo de R\$1.500,00 por mês. Os outros catadores restantes (em torno de 1800) iriam para cooperativas ou continuariam autônomos – alguns, inclusive se manteriam autônomos por opção própria.

Regina Barros, da prefeitura de São Paulo, reconhece que os primeiros que enxergaram o valor dos resíduos sólidos foram os catadores, antigamente chamados de “garrafeiros”, pois iam de casa em casa pegar garrafas de vidro para vender. De acordo com ela, o papel do estado deveria ser apenas monitorar e fiscalizar o trabalho dos catadores.

De acordo com Bosi (2008), os catadores já enxergavam o valor dos resíduos sólidos há bastante tempo. Eles já comercializavam material reciclável desde o século XX. Algumas empresas que compravam os resíduos coletados também valorizavam esse material a tempo, porém, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o cenário mudou. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2015), a responsabilidade compartilhada veio para obrigar todos os atores a pensar sobre a sua gestão de resíduos, considerando que este não é apenas um problema do governo municipal, estadual ou federal, mas também do produtor e gerador desses materiais. Em função dessas mudanças, algumas empresas, como, por exemplo, as do setor de bebidas, citado na entrevista da Prefeitura, já estão desenvolvendo as embalagens pensando na sua disposição final. Todas as garrafas PET apresentam o mesmo tipo de material plástico na composição do rótulo, o que facilita a separação nas esteiras de triagem.

Por outro lado, os catadores acreditam que a coleta do lixo, num longo prazo, será completamente mecanizada e a profissão se extinguirá. Disseram que as máquinas substituirão a maioria dos catadores, mas muitos catadores estão tendo a oportunidade de estudar, e de levar uma boa qualidade de vida para sua família, permitindo que consigam grau de instrução maior e habilidade para trabalhar em outra profissão. Isto parece se confirmar pelo que consta na publicação da Prefeitura de São Paulo (2014).

Os catadores entrevistados enxergavam o benefício ambiental da sua profissão e se diziam orgulhosos de sua atividade. No entanto, ao serem questionados sobre seus descendentes, em nenhum momento demonstraram interesse de que os filhos tivessem a mesma profissão. Ao contrário, um catador enfatizou que seus filhos poderiam trabalhar no setor administrativo da cooperativa, ou então em outros setores da economia. Pode-se perceber isso pelo trecho da fala de Neilton da CooperAção:

“Eu pretendo morrer, me aposentar aqui, e ensinar pros meus filhos, porque amanhã eles vão ser administradores, não vão ser recolhedores de lixo. Vão ser administradores, porque até chegar esse ponto acho que vai ter um monte de máquina, né? Então daqui a pouco começa a surgir a máquina, vai substituir um monte de catadores, mas muitos catadores tem a oportunidade de estudar, de levar uma boa qualidade de vida pra sua família.” (Neilton, Presidente da CooperAção).

A visão de mercado alinhada com a conscientização e responsabilidade compartilhada da PNRS, no entanto, não parece ter trazido maior demanda para as cooperativas. Foi constatado que a demanda por materiais reciclados não aumentou desde 2010, e as empresas que compram os materiais recicláveis nas duas cooperativas em que foi feito o estudo são as mesmas. Nenhuma delas aumentou em grande escala a quantidade comprada desses materiais.

Maria Dulcinea, da COOPAMARE, relatou que essa lei está só no papel, e que ela não viu nenhuma empresa que fabrica ou joga o material no mercado se preocupar com isso

depois. Ela diz que a cooperativa ainda não foi procurada, mas que o Movimento Nacional dos Catadores tenta buscar projetos para ajudar, como o de reciclagem da Coca-Cola. Cita o caso dos eletrônicos, dizendo que os fabricantes não se importam com o material gerado. Casos pontuais, como a doação de refrigeradores e porta *bags* pela Nestlé, aconteceram, mas não aumentaram ou criaram demanda pelo material.

De acordo com Regina Barros, da Prefeitura de São Paulo, algumas empresas já têm obrigatoriedade de recolher o material gerado por conta de leis anteriores à PNRS, como empresas de cosméticos e bebidas, entre outras. No entanto, como a política ainda está em fase de implementação, não serão aplicadas multas em empresas de outros setores que não estiverem recolhendo seu material ainda. De acordo com Regina, é necessário, primeiro, uma orientação, mas as empresas sabem que precisam recolher o mesmo montante que produziram e estão tendo tempo para se movimentar e atingir esse patamar. Com a lei, não é suficiente apenas a doação de máquinas ou apoio a cooperativas, mas é necessário que as empresas realmente se responsabilizem pelo volume que produziram. O papel do setor público, nesse momento, é visto por ele próprio como educativo e não fiscalizador.

Segundo a Secretaria do Meio Ambiente, a participação do estado na inclusão dos catadores deve ser feita por meio do fortalecimento da entidade de catadores, de sua estrutura física, do apoio à formalização e estruturação das entidades, capacitação e disponibilização de recursos financeiros, entre outros. No entanto, nas cooperativas entrevistadas ainda não houve mudanças, desde 2010, no auxílio prestado pelo setor público. Ambas recebem o mesmo tipo de ajuda: caminhões, aluguel, espaço, contas de luz e água pagas, equipamentos doados desde sua fundação. Cerca de trinta milhões de reais por ano da Prefeitura de São Paulo são destinados diretamente a cooperativas e associações para cobrir esses custos (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2014). No entanto, não recebem ajuda para problemas contínuos, que ocorrem em ambas: a busca e a adaptação de novos trabalhadores, que muitas vezes precisam não apenas de treinamento para exercer suas atividades laborais, mas também de apoio psicológico, adaptação à nova rotina e disciplina e auxílio contra vícios. Em Magni (2014), relata-se que da população de catadores do centro de São Paulo, todas as pessoas que se associaram a cooperativas já haviam morado nas ruas e tem histórico com bebidas alcoólicas, dificultando sua reinserção no mercado e disciplina.

A posição do setor público é de que é muito difícil o acesso aos catadores autônomos, e que suas vulnerabilidades são responsabilidade não apenas da Gestão de Resíduos, mas também da assistência social, pois alguns deles têm problemas com vícios e psicológicos que não podem ser resolvidos apenas incentivando a reciclagem. Por isso, o foco dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é no fortalecimento das organizações de catadores, porque essas são regularizadas e de fácil acesso para ações de melhorias e auxílio.

O problema dos vícios e adaptação à nova rotina dos catadores autônomos, quando aceitos em uma cooperativa, é recorrente e unânime nas duas cooperativas entrevistadas. Dentre os catadores autônomos do estudo, um já havia sido cooperado, mas saiu da cooperativa por sua conta. Como era usuário de drogas, tinha problemas com horários e faltas e isso não era bem visto na organização.

“Eu já trabalhei em uma cooperativa, mas saí. É legal, legal é, mas tem muita responsabilidade. O pessoal briga com você, eu sou usuário, né, e às vezes tenho altos e baixos, todo mundo tem, mas lá você é cobrado. Então, eu saí.” (Adailson, catador autônomo)

Esse aspecto social necessita de uma atenção especial no planejamento governamental. O governo não deve apenas contabilizar os catadores da região e incluí-los no plano, pensando em vagas disponíveis de emprego, mas também levar em consideração o tempo de adaptação, treinamentos, capacitação e inclusive um tratamento psicológico para essas

pessoas conseguirem efetivamente ocupar as posições abertas. No momento, as cooperativas não têm apoio externo para a adaptação dos novos membros.

“Nós mesmos que temos que treinar essa pessoa, fazer o papel da Secretaria do Trabalho, de mãe, pai, colo, médico, tudo.”
(Neilton, Presidente da CooperAção)

Por consequência, para as duas cooperativas em que foram realizadas entrevistas, estava difícil encontrar novos catadores com interesse em serem cooperados. Como foi possível observar nas visitas e nas conversas, existe muito resíduo recebido e pronto para ser processado. No entanto, mesmo com o aumento no salário e os benefícios como o INSS e a segurança financeira, esse estilo de vida ainda não atrai alguns catadores autônomos, o que pode ser um problema para o planejamento das três esferas de governo, considerando que as propostas dos planos podem não ser atraentes para o público que tentam atingir. Isso mostra a dificuldade de passar a cultura da autogestão das cooperativas para os catadores, em que todos os trabalhadores são donos. Nas palavras do Neilton, não existe um único dono na cooperativa, mas sim um sócio, que deve pensar no crescimento da empresa e dele mesmo. No entanto, como alguns membros que entram têm dificuldade em se adaptar a regras, não conseguem enxergar que devem ter disciplina para aumentar o seu próprio negócio.

Exemplo dessa dificuldade de adaptação foi a mencionada pelo entrevistado Adaílson, catador autônomo, que trabalhou em cooperativas, mas saiu por considerar que tinha muita responsabilidade. Neste caso, ele não conseguiu se adaptar à nova rotina e nem se adequar, entendendo que aquele era um negócio dele, que ele se fortalecia e ganhava poder de barganha com compradores por conta do alto volume da cooperativa.

Outro problema identificado nas entrevistas é o fato de os novos membros, por muitas vezes, não terem documentação para trabalhar. Como alguns são moradores de rua, não têm documentos atualizados, como carteira de identidade, por exemplo, e sofrem atrasos no início de seu trabalho pelo fato de terem que se regularizar.

Além dos problemas com vícios, as cooperativas necessitam de ajuda na capacitação de seus membros (MAGNI, 2014). Cooperativas que já estão bem estabelecidas tiveram que buscar meios de aprender a fazer seus relatórios, usar computadores e programas do pacote Office, responder e-mails etc. Deve-se levar em consideração que, na formação de novas cooperativas, os membros são pessoas com pouca escolaridade e quase nenhum acesso à internet. Dessa forma, é necessário um trabalho de aprendizado para que eles consigam gerar os relatórios da cooperativa e administrá-la sozinhos. No caso da COOPAMARE, eles tiveram, em suas próprias palavras, sorte, pois conseguiram que um rapaz que dava cursos e que estava desempregado, aceitasse trabalhar para eles, ensinando-os o básico da administração, como planilhas etc.

Essa dificuldade em conseguir documentação e capacitação para administrar a organização é um entrave para a regularização das cooperativas e associações de catadores. De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente, uma das maiores dificuldades é o fato de muitas cooperativas não serem legalmente constituídas, e dessa forma não poderem receber recursos públicos para investimentos em melhorias na estrutura e gestão do trabalho.

No caso da COOPAMARE, a dificuldade em conseguir mão-de-obra prejudica uma possível parceria com a prefeitura. Em São Paulo, as parcerias da prefeitura com cooperativas são padronizadas, independentemente do tamanho das mesmas. Como a COOPAMARE é pequena (20 cooperados), se tivesse a parceria, teria muito mais material chegando por dia do que a sua capacidade de processar, o que geraria um possível mau cheiro ao longo do tempo, e poderia incomodar a vizinhança. Isso deve ser um ponto de atenção para o setor público. As cooperativas são heterogêneas, o que faz com que projetos de parcerias com elas tenham que ser flexíveis e não engessados. Uma sugestão é adaptar os projetos de acordo com o nível de

eficiência das organizações: mais material seria levado para as organizações que conseguem processar mais, e quantidades menores para as com grau de eficiência menor.

Foi observado que nas cooperativas estudadas havia um maior número de mulheres do que de homens. Na CooperAção, por exemplo, de seus 60 cooperados, 39 são mulheres. O trecho a seguir mostra um pouco da resposta do presidente da cooperativa quando questionado sobre isso:

“Mulher é mais responsável, né? Também tem filho pra criar, tem que garantir o ganho no final do mês. Pra trabalhar aqui você tem que se adaptar e, como diz o ditado, pai qualquer um pode ser, mas mãe só tem uma.” (Neilton, Presidente da CooperAção)

Nessa fala do Neilton podemos verificar que, na CooperAção, mulheres tiveram mais facilidade de adaptação e responsabilidade, justificada pelo presidente pela necessidade de sustentar os filhos e garantir a renda no final do mês. Apesar disso, no Brasil, segundo dados do IPEA (2013), cerca de 70% dos catadores são homens.

Confirmando o que foi afirmado por Pereira (2011), houve relatos de preconceito tanto por parte dos catadores autônomos como dos cooperados. Eles enxergam o benefício ambiental do trabalho deles, em que materiais são retirados do lixo e têm um fim adequado, evitando de ir para aterros ocupar o que poderia ser espaço de resíduos não recicláveis.

Segundo Dulcinéia,

“A dificuldade é que tinha muito preconceito, os carros ficavam buzinando, xingando, xingava de macaca, xingava de burra. Jogavam resto de comida na gente, cheguei a passar por tudo isso quando trabalhava na rua.” (Maria Dulcineia, Presidente da COOPAMARE)

Neilton e Ivete, da CooperAção, dizem que as pessoas em geral deveriam se colocar no papel do catador. De acordo com o IPEA (2010), mesmo quando os catadores estão organizados e fortalecidos, em alguns casos o preconceito continua, como nos relatos de tentativas de incêndio criminoso na sede da associação dos catadores, por conta do mau cheiro. A necessidade de conscientização da população é grande, tanto sobre a reciclagem em si como sobre a importância do trabalho dos catadores.

São Paulo já possui coleta seletiva em 80% do município, o que falta são as pessoas saber exatamente o que é reciclável ou não e como descartar esse material, pensando que algum catador vai separá-lo para processamento e depois comercialização. Os resíduos descartados para coleta seletiva devem estar limpos e em condições de receber esse tratamento. Os catadores enxergam esse papel como de responsabilidade do setor público, como podemos observar pela fala de Neilton.

“O setor público também tem que conscientizar as pessoas, porque algumas pessoas mandam o lixo certinho, limpo, mas muitas vezes chega sujo e a gente tem que se virar” (Neilton, Presidente da CooperAção)

Tanto cooperados como os catadores autônomos mencionaram a necessidade de uma remuneração maior pelo material coletado. A Secretaria do Meio Ambiente afirmou na entrevista, que a PNRS tem um viés social, e que reconhece que a renda obtida na venda de materiais recicláveis não é suficiente para garantir condições dignas de sobrevivência, por isso, as entidades de catadores devem ser fortalecidas e estruturadas.

Em São Paulo, a opção foi a criação do Fundo Municipal de Coleta Seletiva, Logística Reversa e Inclusão de Catadores, fundo privado que seria abastecido pelo dinheiro da comercialização da produção dos materiais nas centrais de triagem. O recurso oriundo do fundo só pode ser usado para projetos relacionados à reciclagem e aos catadores, portanto, é um dinheiro gerado pelos catadores e reinvestido nos mesmos. O objetivo é que esse recurso ajude a atingir as metas do plano municipal, de fortalecimento de organizações e inclusão.

Esse fundo é um marco para os catadores de material reciclável, pois terão uma fonte de investimentos organizada para atender apenas a projetos direcionados a eles mesmos.

5. Considerações finais

Alguns pontos na relação entre catadores e setor público – que ainda têm atritos e diferenças entre as expectativas de um em relação ao outro-, merecem atenção.

O primeiro deles é o da responsabilidade sobre a coleta e disposição final dos resíduos. Apesar da PNRS iniciar a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, os catadores e cooperados enxergam que estão realizando um serviço que deveria ser municipal, estadual ou federal. Já o setor público enxerga que os resíduos têm valor comercial, e que ainda falta que o mercado perceba isso e se interesse mais por esse material. Dessa forma, o papel do Estado seria apenas o de fiscalizar e monitorar esse processo. Percebe-se, então, a necessidade de explicitar claramente quais atribuições são referentes a cada um na responsabilidade compartilhada, e estabelecer os limites de atuação de cada agente.

O segundo deles é o papel das empresas na responsabilidade compartilhada. O setor público afirma que, no momento, a lei serve apenas como uma reflexão para as empresas, pois ainda não há metas a serem cumpridas e nem multas para as empresas que não fizerem a sua parte. Enquanto isso, o mercado de reciclagem, que deveria ter aumentado exponencialmente com a aprovação da PNRS, continua estável para os cooperados entrevistados. Percebe-se, assim, a necessidade de estímulos governamentais para que ocorra uma mudança de posicionamento por parte das empresas, para que comecem a agir mais efetivamente. Dessa forma, com o mercado crescendo, essas ações abririam espaço para a criação de mais cooperativas e para o fortalecimento daquelas já existentes – o que é um dos objetivos da PNRS.

O terceiro ponto é a contradição sobre a visão do futuro do catador. O setor público enxerga que essa profissão sempre existirá, por conta da lei da oferta e demanda, enquanto os catadores acreditam que serão substituídos por máquinas e seus filhos terão outras oportunidades.

O quarto ponto é a contraposição entre o que fica no papel e o que está realmente sendo feito. As cooperativas e os catadores esperam que o Estado elabore projetos e atue com eles, valorizando e fortalecendo os catadores, principalmente através da disponibilização de recursos financeiros. O estado já planejou isso, está escrito na PNRS e no Plano Municipal da Cidade de São Paulo, por exemplo. No entanto, as cooperativas entrevistadas disseram não haver mudanças na relação com o setor público desde 2010. Espera-se que o Fundo Municipal de Coleta Seletiva, Logística Reversa e Inclusão de Catadores consiga dar os primeiros passos e exemplos para outras cidades e estados. Além disso, para serem efetivos, os projetos das prefeituras devem levar em conta a heterogeneidade das cooperativas e classificá-las de acordo com a eficiência. Por enquanto, a padronização dos projetos engessa o desenvolvimento para algumas organizações.

Outro ponto abrange a regularização e a administração das organizações de catadores. Um dos maiores problemas mencionados pelo setor público em relação às cooperativas é a quantidade delas sem regularização e operando na ilegalidade. No entanto, os representantes das cooperativas disseram não ter apoio do poder público para capacitação e administração. Nesse contexto, deve-se considerar que a maioria dos cooperados é formada por catadores com baixa escolaridade. Ao se unirem, eles não têm habilidades de gestão e conhecimento suficiente para gerir corretamente uma cooperativa, sendo necessária uma capacitação mínima para que consigam ser autônomos no médio e longo prazos. O setor público deve considerar isso no seu plano de expansão de cooperativas, pois projetos que

auxiliem e ensinem autogestão evitariam, no futuro, problemas como o atual, da falta de regularização.

Por fim, o aspecto social deve ser considerado. O setor público justifica a ausência de projetos sociais para catadores, dizendo que as vulnerabilidades que eles têm não são do escopo da Secretaria do Meio Ambiente, mas sim de outras vertentes do ramo público. No entanto, deve-se considerar que, para conseguir colocar em prática o planejado na PNRS, será necessária a superação de alguns obstáculos, como o enfrentado pelas cooperativas pelo fato de não ter mão-de-obra interessada suficiente e ainda a dificuldade de adaptação dos catadores autônomos para seguirem regras.

Também são necessárias ações de conscientização da população, não apenas sobre a coleta seletiva, mas com o intuito de extinguir o preconceito em relação aos catadores, tanto os autônomos como os organizados. Nesse contexto, para conseguir que as metas da PNRS sejam atendidas, a Secretaria do Meio Ambiente terá que se unir com outras áreas do setor público para promover o desenvolvimento social dos catadores.

6. Referências bibliográficas

BERRÍOS GODOY, Manuel Baldomero Rolando. Dificuldades para aplicar a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil. **Caderno de Geografia** (PUCMG. Impresso), v. 23, p. 47-51, 2013.

BONAT, Debora. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE BRASIL SA. 2009.

BOSI, Antonio P. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, 101-116, jun. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília: Casa Civil. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em 16 mai. 2015.

CARMO, M.S. do. A semântica 'negativa' do lixo como aspecto 'positivo' - um estudo de caso sobre uma associação de recicladores na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Administração Pública e Gestão Social- APGS**, v. 1, n. 2, 121-150, abr./jun. 2009.

CAVALCANTE, L. P. S. **Influência da organização de catadores de materiais recicláveis em associação para a melhoria da saúde e minimização de impactos socioambientais**. 2011. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FARIAS FILHO, M.C. Rede de catadores de material reciclável: perspectiva para a organização da autogestão. **Administração Pública e Gestão Social- APGS**, v. 4, n. 3, 341-364, abr./jun. 2009.

GONÇALVES, M. A. Cooperativas e associações de catadores: formação e organização do trabalho na raia Divisória SP- PR- MS. **Revista Pegada Eletrônica**, São Paulo, v. 10, n.11, 01-11, dez de 2009.

GUIMARÃES, Estevam Cabral de Melo. **A importância da logística reversa dos resíduos da saúde de um hospital particular do Distrito Federal: um estudo de caso**. 2013. 32f. Trabalho de Curso (TC) apresentado como um dos requisitos para a conclusão do curso Administração de Empresas do UniCEUB - Centro Universitário de Brasília.

IPEA. **Época: O lixo no quintal**. 2014. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23171&catid=159&Itemid=75. Acesso em 26 mai. 2015.

IPEA. **Brasil coleta 183,5 mil toneladas de resíduos sólidos/dia**. 2012. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=13932>.

Acesso em 26 mar. 2015.

IPEA. **Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Relatório de Pesquisa**. 2010. Brasília. Disponível em www.mma.gov.br/estruturas/253/_arquivos/estudo_do_ipea_253.pdf. Acesso em 26 de mar. 2015.

IPEA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil**. 2013. Brasília. Disponível em www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em 26 mai. 2015.

MAGNI, Ana Amélia C.; GÜNTHER, Wanda Maria R. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 1, 99-109, 2014. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/84855/87575>. Acesso em: 15 Mai. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADuos-s%C3%B3lidos>>. Acesso em 23 mar. 2015.

MONTEIRO, J. H. P.; ZVEIBIL, V. Z. **Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Patrocínio: Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU/PR)**. 2001. Rio de Janeiro: IBAM. 200f.

PEREIRA, Maria C. G. **Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG)**. 2011. 124 f. Tese (Programa de Pós Graduação em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

PINHEIRO, Priscila T. ; JUNIOR, Humberto R. **O cooperativismo e sua importância no processo de desinvisibilização social dos catadores de materiais recicláveis**. 2015. *Derecho y Cambio Social*. Disponível em www.derechoycambiosocial.com/revista040/O_COOPERATIVISMO_E_SUA_IMPORTANCIA%20.pdf. Acesso em 18 mai. 2015.

PREFEITURA DE SÃO PAULO, **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo**. 2014. Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/PGIRS-2014.pdf>> Acesso em 16 mai. 2015

SEBRAE. **Artigos. Entenda as diferenças entre associação e cooperativa**. 2005. Em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Entenda-as-diferen%C3%A7as-entre-associa%C3%A7%C3%A3o-e-cooperativa>> Acesso em 26 mar. 2015.

SOUZA, Maria Aparecida; SILVA, Monica Maria Pereira; BARBOSA, Maria de Fátima Nóbrega. **Os catadores de materiais recicláveis e sua luta pela inclusão e reconhecimento social no período de 1980 a 2013**. 2014. *Revista Monografias Ambientais* 13.5

VARELA, C. A.; LOPES, K.M.. Condições de trabalho dos catadores de latas de alumínio: o caso da Coopamare. *In: IAM 2013- Iberoamerican Academy of Management*, 2013, São Paulo. **Anais do IAM 2013- Iberoamerican Academy of Management**, 2013.

VARELA, C.V.; MEDEIROS, J.R. O lixo eletrônico de pequenos usuários: descarte e reciclagem. *In: XVI ENGEMA – Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*, 2014, São Paulo. **Anais do XVI ENGEMA- Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**, 2014.